A RELAÇÃO ENTRE A MEMÓRIA E O ACONTECIMENTO DESDE UMA PERSPECTIVA MATERIALISTA DO SENTIDO

THE RELATIONSHIP BETWEEN MEMORY AND EVENT FROM A
MATERIALISTIC PERSPECTIVE OF THE SENSE

Gesualda dos Santos Rasia¹

*“Por que os prisioneiros são despojados
de suas roupas, a não ser para que se
despojem de si mesmos?”*

*Peter Stallybrass, O casaco de Marx:
roupas, memória e dor.*

Resumo: *Este estudo põe em contraste, desde uma perspectiva materialista do sentido, uma narrativa fílmica e outra de cunho narrativo-biográfico. A última é sobre Marx, a primeira, sobre o Marquês de Sade. O ponto de convergência das duas, que interessa para a pesquisa, é aquilo que faz suscitar a reflexão acerca da noção de memória discursiva, pensada a partir de outra noção, cara ao materialismo histórico, qual seja, a do simbólico. A problematização sobre como essas duas noções se relacionam, ao implicarem a dimensão ideológica, convocará uma outra noção correlata, a de acontecimento, na perspectiva do acúmulo de fatos do cotidiano. Para tanto, o estudo colocará em diálogo estudos da Filosofia da Linguagem com a Análise do Discurso.*

Palavras-chave: memória; acontecimento; narrativa; ordem simbólica.

Abstract: *This paper sets off in contrast, from a materialistic perspective of the sense, a filmic narrative and another one of a narrational-biographic character. The latter is about Karl Marx, and the former about Marquis de Sade. The convergent point of those two narratives, which has been of interest to the present research, is what in them can stir up the reflection on discursive memory, a notion thought out from another one quite dear to historical materialism, i. e., the notion of symbolic order. The investigation on how those two notions relate to one another when implicating an ideological dimension has then called forth another corresponding notion, that of “event”, in the*

1 Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora na UFPR.

perspective of piled-up everyday facts. Studies done in the fields of both Philosophy of Language and Discourse Analysis have been here put into dialogic contact.

Keywords: memory; event; narrative; symbolic order.

1 Puxando os fios iniciais do tear

Para abrir os fios da tessitura ora proposta, reportamos a uma narrativa fílmica ambientada no entremeio da França dos séculos XVI e XVII, tendo como pano de fundo, mas não como questão central, a Revolução Francesa. Estamos falando dos “Contos proibidos do Marquês de Sade”, dirigido por Philip Kaufman², no qual a narrativa entrecruza fios de realidade aos de ficção, com base em aspectos da vida do Marquês e também pela inserção de recortes de personagens de obras suas, especialmente *Justine, Cento e vinte dias de Gomorra* e *Diálogo entre um sacerdote e um moribundo*.

Dentre as tantas e instigantes questões nele levantadas, recortamos uma delas, que interessa sobremaneira à discussão aqui construída, qual seja, a relação dos sujeitos com a escrit(ura), em dimensões que são atravessadas por diferentes ordens: a da subjetividade, a da historicidade, a da ordem religiosa, a do corpo, a do econômico e a do capital, por extensão. Ordens estas que desenham uma trama-tessitura que nos auxilia na constituição de balizas para a discussão da questão de como os sentidos se estabelecem ante os lugares de interdição. Vale dizer que nosso objetivo não é a análise da narrativa em si, mas o resgate de alguns elementos que nela sobressaem, tendo como horizonte o que pretendemos pautar neste estudo.

Do que se trata: autor de contos libertinos³, considerados inapropriados para o momento histórico em que vivia, porque reportavam à sexualidade e, neste contexto, a práticas relacionadas ao sadomasoquismo, o Marquês de Sade colhe o fruto de sua transgressão: o isolamento em um sanatório, onde a interdição é regulada por métodos medievais de “tratamento”. Interdição do que a sociedade da época julga válido dizer e deixar de dizer, ou seja, a “vontade de verdade”, valendo-nos aqui de expressão

2 Produção conjunta Reino Unido, Alemanha e EUA, de 2001, que mescla fatos reais e fictícios acerca da vida e obra de Donatien Alphonse François, o Marquês de Sade (1740-1814), escritor francês que ficou famoso por desregramentos (flagelação, sodomia, sacrilégio...) os quais lhe custaram, ao longo de sua vida, 30 anos de prisão.

3 Segundo Costa (2008, p. 5), “Os romances libertinos franceses do século XVIII não tinham como principal objetivo a excitação erótica de seus leitores. Ao contrário, tais romances visavam à crítica política tanto dos costumes, quanto de dogmas religiosos e do poder constituído”.

foucaultiana⁴. Logo, o que fica fora desses limites permanece circunscrito ao que se descreve naquelas condições históricas de produção como *loucura*. E, se olhados os espaços de resistência, na mesma narrativa, sob um viés marxista, podemos ler a aparição da camareira Madeleine, personagem da trama, como um destes lugares, na medida em que ela emerge como porta-voz oral das narrativas para que estas fossem levadas a termo na forma escrita e distribuídas para fins de leitura. É ela que empresta seus ouvidos à palavra oral, transformando-a em materialidade escrita, ao mesmo tempo em que a absorve enquanto matéria viva, pulsante, análoga à forma de seu desejo latente, embora inconfesso. O mesmo desejo que divide o Marquês entre a dimensão espiritual e a carnal, simbolizado na virginal figura de Madeleine. Divisão esta que é recorrente de diferentes modos em outras figuras presentes ao longo da narrativa – vinho, sangue, fezes – as quais exploraremos neste estudo, a partir de suportes da filosofia da linguagem bakhtiniana, no relevante constructo que esta teoria apresenta para pensar a dimensão simbólica da linguagem. Tal trajeto possibilitará tecer alguns fios com vistas ao alcance de duas noções específicas: a de memória e a de acontecimento discursivo, na perspectiva da AD francesa, em diálogo com pensadores da filosofia da linguagem.

2 A constituição contraditória da memória no espaço do simbólico

Retomando os fios inicialmente lançados, colocamos em tela o modo como a narrativa construiu ficcionalmente os lugares de resistência, por parte do Marquês, diante da interdição ao lugar do dizer. Isolado em uma cela, faz do vinho tinteiro, escrevendo em seus lençóis, quando as folhas e as penas lhe são confiscadas. Quando também estes recursos lhe são negados, priva-se dos lençóis e neles escreve, com tinta-matéria que é seu próprio sangue, tirado de seus dedos, com cacos de vidro das janelas de sua cela. E quando esgotam-se os lençóis, suas roupas passam a ser o suporte. Então o Marquês transmuta-se em escrita-viva, corpo dançante que anuncia a transgressão pelos corredores do sanatório. Mas ainda isso lhe

4 Jogado nas masmorras da Bastilha, acusado de perversão e libertinagem, o Marquês de Sade da vida real transformou-se em objeto de investigação da França absolutista do século XVIII. Essa condição que lhe foi imputada instiga a uma investigação científica acerca do funcionamento do poder institucional e suas práticas de controle, com vistas aos modos como discursiviza, em determinada época, acerca da loucura e do controle sobre o sujeito e o corpo de desejo. Contudo, nossos objetivos, neste estudo, estão voltados a outra perspectiva dessa tomada, apresentada no resumo e na introdução deste estudo.

é suprimido. No que ele não vê impedimento. Em acordo com Madeleine, que aposta na permanência da palavra, perpetua a escrita pela oralidade, a ela legada pelo ouvido, para registro e permanência. Contudo, “as paredes têm ouvidos”. Outros internos também se apropriam dos textos e, envolvidos pelo clima de sedução-mordacidade que emana das narrativas, elegem a fiel depositária Madeleine como encarnação dos contos e a matam, numa cena macabra. A punição do Marquês é ter aquilo que se acredita seu último recurso – a língua – extirpado. Não obstante, a linguagem não se limita à oralidade, bem o sabemos e, numa atitude escatológica, ele passa a escrever na parede do sanatório com matéria primeva: seus excrementos! O baixo corporal tem assunção como possibilidade e condição do dizer.

O que parece ser exclusivamente da ordem de um esforço para manter a possibilidade de dizer diante do esgotamento sucessivo de todas as alternativas para fazê-lo, apresenta outras implicações como questão de fundo, se reportarmos à dimensão simbólica, desde uma perspectiva materialista do sentido. E, para tanto, recorremos a pressupostos fornecidos pela leitura que Mikhail Bakhtin faz acerca dos significados do vocabulário na praça pública, no romance de Rabelais (2008). A praça, para este autor, vale dizer, é o espaço do cômico-popular, da não-oficialidade. É o lugar das festas e espetáculos, os quais

ofereciam uma visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não-oficial, exterior à Igreja e ao Estado; pareciam ter construído, ao lado do mundo oficial, *um segundo mundo e uma segunda vida* aos quais os homens da Idade Média pertenciam em maior ou menor proporção, e nos quais eles *viviam* em ocasiões determinadas (BAKHTIN, 2008, p. 4-5).

Dentre essas festas, Bakhtin destaca o carnaval, por conta de seu caráter popular e legitimamente não-oficial, nas palavras do autor, “uma espécie de liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, da abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus” (op. cit, p.8). Por que essa festividade e suas simbologias interessam-nos de modo bastante específico: Porque sua caracterização central é “a lógica das coisas ao avesso”, com as decorrentes implicações para a leitura que trazemos aqui, da dimensão simbólica da narrativa dos *Contos Proibidos do Marquês de Sade* e suas respectivas consequências para se pensar a tessitura da memória na constituição dos sentidos na trama textual-discursiva.

O vinho, um dos símbolos sagrados do Cristianismo, se transmuta, na narratividade em tela, não em vida, mas em palavra, profana. Seu correlato na simbologia cristã, o sangue, igualmente deriva na narrativa a mesma palavra profana. Esse deslocamento de domínios, embora resguarde a possibilidade do verbo-palavra, ainda que antagônico àquele do Verbo inaugural, o do princípio fundador, desestabiliza o campo de memória por ele sedimentado. Tal não é o caso no último expediente utilizado pelo Marquês: as fezes não reportam a nenhum resquício que sinalize a ordem do sagrado. Não obstante, constituem matéria que possibilita a condição da escritura, na parede; o dizer ante a impossibilidade. Dizer este que sai das entranhas do sujeito.

A leitura que ora propomos, a partir da ótica bakhtiniana, pretende recompor uma tessitura que reconstitui o ponto de liame entre a ordem do sagrado e a do profano, aparentemente fronteirizadas na última metáfora apresentada. Bakhtin (2008) recorre à obra de Rabelais (séc.XVIII) para tratar do grotesco em geral – palavrões, fezes, urina, vômito, parto, sangue -, enfim, tudo aquilo que fica enquadrado no que ele designa de *baixo corporal*, em “oposição” ao *alto corporal*. O autor sublinha que à época de Rabelais a projeção de excrementos e de urina sobre a população (inclusive de parte de bispos, após os ofícios religiosos), são gestos comuns de rebaixamento, segundo o autor:

Na base desse gesto e das expressões verbais correspondentes encontra-se um rebaixamento topográfico literal, isto é, uma aproximação do “baixo” corporal, da zona dos órgãos genitais. É sinônimo de destruição, de túmulo para aquele que foi rebaixado. Mas todos os gestos e expressões degradantes dessa natureza são *ambivalentes*. A sepultura que eles cavam é uma sepultura *corporal*. E o “baixo” corporal, a zona dos órgãos genitais é o “baixo” que *fecunda e dá à luz*. Por essa razão, as imagens da urina e dos excrementos conservam uma relação substancial com o *nascimento, a fecundidade, a renovação, o bem-estar* (BAKHTIN, 2008, p. 127-128).

Essa relação não dicotômica entre o alto e o baixo corporal, entre morte e vida, faz-nos pensar na simbologia das condições de escritura, na narrativa do Marquês de Sade, como emblemática re-inscrição da palavra na ordem da história, em que pesem os lugares de interdição impostos aos lugares em que os sujeitos se inscrevem pela ordem da ideologia. Reinscrição que se marca no trajeto na memória, ponto este que passamos a tratar a partir de agora.

3 Memória e acontecimento em continuum: apontamentos iniciais

Com relação à noção de memória discursiva, Courtine (2009, p.53), a partir do quadro da Análise do Discurso Francesa, afirma que ela

concerne à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas determinadas pelos aparelhos ideológicos (...), e que os “enunciados” em cuja formação se constitui o saber próprio de uma Formação Discursiva existem no tempo longo de uma memória, ao passo que um evento discursivo inscreve-se no tempo curto da atualidade de uma enunciação”.

Ora, o fato de existir no seio de práticas discursivas determinadas por aparelhos ideológicos gera implicações para o modo como um enunciado irá produzir (efeitos de) sentido. Primeiro, o fato de que os recortes de leitura serão tantos quanto forem os recortes da realidade a partir dos quais forem produzidos ou, em outras palavras, a interpretação está sujeita às condições históricas de produção específicas do dizer. Segundo, e correlato ao primeiro aspecto, o fato de que no âmago dessas condições considera-se, ainda, o modo contraditório como os sujeitos apreendem o real a partir das relações que com ele estabelecem, pela via do histórico, do econômico e do político.

É consoante este mesmo filtro teórico que Pêcheux (1999, p.48) distingue a memória discursiva da memorização psicológica, individual. O autor põe em relevo os “sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”. A convergência produzida pelos diferentes pontos de encontro entre esses campos faz com que Pêcheux aponte a latência de “uma fragilidade, de uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória” (op.cit, p. 50). E isso, para ele, se dá sob uma dupla forma:

- o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever;
- o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido” (op.cit.).

Pensemos, por um instante, no acontecimento que escapa à inscrição, não por uma suposta condição de fugacidade, mas por uma impossibilidade, fruto da própria história, a qual impõe a rarefação a acontecimentos do cotidiano, como se estes não compusessem, em sua trama, a tessitura da história em sua rede de movência. E aí, a absorção, sob a forma do apagamento, coloca-se como uma mera consequência.

Para discutirmos como isso se dá, retomemos, neste momento, a memória como espaço de existência histórica do dizível, no qual práticas de diferentes ordens são atualizadas, ressignificadas, deslocadas. É este o caso do vinho que se transubstancia em sangue, em uma determinada leitura do Cristianismo, e que na narrativa do Marquês de Sade se metamorfoseia em palavra. Embora o vinho no rito cristão não seja totalmente ausente de palavra e de memória: “ - Fazei isto em memória de mim.” Já o sangue deramado na Cruz, em nome do qual se evoca a memória na celebração cristã, é matéria-prima vertida em palavra profana na narrativa do Marquês.

As correlações que acabamos de fazer reportam ao campo do simbólico, e por isso já bastariam como matéria de reflexão acerca de questões que circundam a interpretação e a textualidade, bem como a discursividade. Contudo, o ponto a que pretendemos chegar alcança a articulação entre o histórico, o político e o ideológico. De um lado, porque as matérias simbolizadas produziram, no contexto em que se encontram, escritura/tessitura de palavra e, de outro, porque aí não se trata de qualquer palavra, mas daquela que não podia ser proferida segundo o espírito do tempo da França que transitava de uma monarquia absolutista para um sistema de poder representativo.

É nesse contexto que Sade diz/escreve mesmo assim, resistência que a linguagem cinematográfica traduz na cena inicial da narratividade, em que o Marquês se encontra como figura aparentemente secundária, observando, do alto de sua torre de reclusão, à cena de guilhotinamento de uma jovem aristocrata condenada pelo crime de sensualidade e sadomasoquismo. Condenação assistida e aclamada pela multidão sedenta por expiar no outro a culpa que talvez também seja sua.

Nossos objetivos de investigação fazem saltar, na cena, alguns aspectos. A senhorita Renard, relata o narrador, mantinha-se imune para fazer o que quisesse, dada sua origem nobre, até que se viu à mercê de um homem tão perverso quanto ela, o que a levou à condenação pública. E mais: testemunhada pela contradição da inscrição ostentada na faixa “*Egalité, Fraternité, Liberté*”. Liberdade de quê, em tempos de interdição? Igualdade para quem? Nesse ponto em que a dimensão do corpo alcança a do político, o narrador propõe duas assertivas filosóficas: “Quão facilmente uma pessoa passa de predador a presa. E quão rapidamente o prazer é tirado de uns e dado a outros”.

4 A memória como tessitura da ordem histórica: do corpo ao político

O lugar que cruza os pontos de encontro da antinomia dor-prazer, fortemente encarnados na face do algoz encapuzado, no momento agonizante

da execução da senhorita Renard, alcança, em nossa análise, profícuo diálogo com outra narratividade em que a figura do predador funde-se à da presa, embora de outro modo. Estamos falando da leitura que Stallybrass (2013) faz sobre como as relações entre sujeito e mercadoria se processam, valendo-se de uma figura bastante emblemática: o casaco de Marx (que é, aliás, o título do livro onde discute essas questões).

A questão que dá entrada a *O Capital* é o valor da mercadoria enquanto *forma celular da economia*, e que Stallybrass foca, em sua narrativa, a partir de dois filtros essenciais: a desapropriação e a fetichização. Propriedades nodais do capitalismo, as quais constituem, de um lado, a via pela qual “a mercadoria seja uma abstração fria, (que) se alimenta, tal como um vampiro, do trabalho humano (...), (em) uma sociedade que consome cada vez mais, corpos humanos concretos (p. 39-40) – o processo de desapropriação. De outro lado, e não desvincilhado do anterior, a fetichização, pela qual “a forma mercadoria não tem absolutamente nenhuma conexão com a natureza física da mercadoria e com as relações materiais que surgem a partir disso.” (p.41)⁵. Trata-se do apagamento da historicidade de que se reveste a mercadoria, de sua memória, de suas condições de produção, em nome do valor de troca abstrato. O desejo pelo objeto material, pelo que ele simboliza em termos de poder econômico, sobrepõe-se aos restos humanos que ficam pelos caminhos da história.

E onde esse desejo encontra o desejo do corpo, que igualmente deixa seus restos? Retornaremos a esse ponto. Antes, discutiremos o percurso do tecido da memória em seu aspecto político, a partir da historicidade que compõe os fios do casaco de Marx, o qual, em *O Capital*,

aparece para imediatamente desaparecer outra vez, porque a natureza do capitalismo consiste em produzir um casaco não como uma particularidade material, mas como um valor suprassensível. A tarefa de Marx em *O Capital* consiste em fazer o caminho de volta (incluindo todos os seus desvios): daquele valor ao trabalho humano cuja apropriação produz capital). Leva –o, politicamente, às fábricas, às condições de trabalho, aos espaços de habitação, à alimentação e às roupas daqueles que produzem uma riqueza que lhes é desapropriada. (STALLYBRASS, 2013, p. 40-41).

Emblemático porque mais que um mero objeto que comporta uma memória pessoal, o casaco, neste caso, é a síntese de uma memória coletiva, a da

5 Citação que o autor traz de Marx em *O Capital* 1976, p. 165.

expropriação do valor do trabalho e, por extensão, do próprio trabalhador. E a matéria de que é feito, o tecido, configura-se elemento ainda mais central nesse processo que alcança a metáfora enquanto lugar de materialização dos discursos, e os discursos como engendramento da ideologia e da história.

Intitulamos esta seção “a memória como tessitura da ordem histórica: do corpo ao político”, porque entendemos, na perspectiva de Nora (1984), que a linguagem é o tecido da memória⁶. Pergunta-se o autor: “Que outros lugares de memória para as palavras senão as próprias palavras?”, ao discutir os dissensos entre o estado e a língua, a sociedade a cultura, na França derrotada na Segunda Guerra, é nas bases linguageiras que o autor encontra a sustentação para as referidas querelas.

Contudo, o que queremos discutir neste estudo é uma outra dimensão da memória, a qual não desautoriza esta anterior, já posta, mas aponta-lhe uma outra perspectiva. Trata-se daquilo que se esgarça nessa rede de tessitura, do que fica pelo caminho, do resto que nem sempre é contado, do que é absorvido, silenciado. Enfim, das coisas e práticas cujo valor simbólico talvez escape à inscrição, valendo-nos, aqui, dos termos de Pêcheux (1999). E esse esgarçamento/absorção perfaz um trajeto que bem conhece as práticas de resistência e enfrentamento, tão bem simbolizadas na narrativa/metáfora de Stallybrass:

Se as roupas dos pobres eram assombradas pelo espectro da falta de posse (através de sua transformação em dinheiro na loja de penhores), elas podiam também se tornar a materialização da resistência de classe. (...) O fustão era uma roupa grosseira, feita de sarja levemente flanelada. A sua cor era, em geral, de um oliva ou chumbo ou outra cor escura. No século XIX, o fustão se tornou associado exclusivamente com as classes operárias. (STALLYBRASS, 2013, p.60-61).

O autor segue o relato afirmando que “o fustão tornou-se assim uma memória material, a corporificação de uma política de classe que antecedia a uma linguagem política de classes”. (op.cit., p.61). Filiando-nos ao princípio marxista de que a “língua (ser) ‘indiferente’ à divisão de classes e a sua luta, não quer dizer que as classes sejam ‘indiferentes’ à língua”. (PÊCHEUX, 1975), retomamos da afirmação de Stallybrass o pressuposto da divisão social pela divisão do trabalho. Divisão esta que desconhecia/apagava uma memória que se pretendia da ordem do experiencial, do vivido das famílias e, portanto, do histórico:

6 P. Nora (Org.) *Les lieux de mémoire*. Paris, v. 7, Gallimard, 1984-1992, in: COURTINE (2006).

As coisas a serem penhoradas podiam ser necessidades domésticas e símbolos de realização e sucesso, mas elas eram também, com frequência, o repositório da memória. Mas penhorar um objeto é desnudá-lo de memória. Pois somente se um objeto é desnudado de sua particularidade histórica ele pode novamente se tornar uma mercadoria e um valor de troca. (op.cit., p.65).

O autor explicita esse desnudamento a partir do drama vivido pela família Marx, a qual, acometida por grave crise financeira, precisava, recorrentemente, penhorar coisas de dentro de casa, desde roupas até peças de louças herdadas pela senhora Jenny Marx de sua aristocrática família de origem. Assim, o que apresentava valor afetivo para ela e para a família, acabava não tendo nenhuma importância para o dono da loja de penhores, que não calculava essa variável da memória afetiva nos valores dos objetos. Em decorrência disso, afirma o autor que “Era, pois, na loja de penhores, e não nas fábricas (que se tornavam, de forma crescente, o motor da produção capitalista) que a oposição entre a particularidade de uma coisa e o valor de troca abstrato de uma mercadoria era mais visível”. (op.cit., p. 64). Demarcamos, nessa tomada, o depreendido na leitura de Stallybrass de que Marx fez uma análise do capitalismo imerso no interior deste mesmo sistema e, acrescentamos nós, vivendo na carne todas as suas contradições e limites.

Desses limites e contradições recortamos, aqui, o que pode ser considerado a contraface do acontecimento: o desaparecimento. Afirma o autor em tela que “as memórias estavam, assim, inscritas, para os pobres, em objetos que eram assombrados pela perda. Pois os objetos estavam num estado constante de estarem prestes a desaparecer”. (op.cit., p. 66). O lugar de inscrição destas memórias, diríamos nós, é o próprio lugar da perda, é o acontecimento que escapa à inscrição, retomando Pêcheux mais uma vez.

5 Sobre o acontecimento como acúmulos do cotidiano

Neste momento, abordaremos o acontecimento na mesma perspectiva que vínhamos falando da noção de memória, como tessitura que se compõe a partir de seu próprio esgarçamento, de suas próprias rupturas. O jogo metafórico aqui evocado até poético soaria, se obliteradas fossem suas bases: a luta de classes, os jogos de forças latentes entre a infra e a superestrutura.

Para tanto, retomaremos um dos fios deixados em suspenso em nosso estudo, a pergunta que fizemos anteriormente, sobre onde o desejo pelo

objeto material encontra o desejo do corpo. À construção dessa resposta precede a retomada de outra questão: de que matéria proibitiva tão ousada e transgressora se compunham os contos de Sade? Uma delas é a sodomia (a designação da prática deriva do nome próprio), também o sexo anal, a antropofagia, entre outras práticas enquadradas nos limites da loucura, à época. Narrativas escritas no interior da Bastilha, enquanto lá fora fervilhavam os rumos da Revolução à qual o Marquês não era politicamente indiferente. Costa (2008) reporta à estreita relação entre a libertinagem e a contestação da sociedade, na medida em que esse tipo de prática questionava as estruturas sobre as quais a sociedade se encontrava fundamentada. O autor cita, inclusive, Lynn Hunt⁷, para quem “A pornografia de motivação política ajudou a provocar a revolução ao abalar a legitimidade do Antigo Regime como sistema social e político”. Isso porque, continua Costa (op.cit.), o efeito que essas publicações produziam na opinião pública, à época, representava força relativamente maior que as decisões políticas, pois rompiam o senso de decência que unia o público a seus governantes” (p. 6).

Em uma Paris na qual a aristocracia via-se, dia a dia enfraquecida, em contrapartida ao fracasso econômico, ao acréscimo aviltante do preço dos alimentos básicos, sobretudo do pão, a massa de trabalhadores não estava inerte: a invasão da cidade significava o clamor por trabalho e por condições de sobrevivência. A reforma social, política e econômica era latente, porém, constituía-se de diferentes foros para a nobreza, a burguesia e o povo.

Certamente seria ingenuidade de nossa parte afirmar que a produção literária de Sade, sozinha, sustentou e moveu a Revolução Francesa. Defendemos, contudo, a presença, nela, de fios que compõem parte de uma tessitura que, desde a instância da infra-estrutura, falando da ordem do corpo, alcançou a ordem da religião e a do político e, por conta disso, promoveu movimentos na instância supraestrutural.

Trata-se do residual deixado pelo caminho, daquilo que interessa deixar que se escape à inscrição. Porque também ele pode ser acontecimento que rompe com determinado *status quo* e se torne partícipe de uma revolução, na medida em que faz circular a palavra interdita desde as masmorras do cerceamento. E a narrativa fílmica desenha esse trajeto apontando indícios do que entendemos, em perspectiva discursiva, como sendo a categoria da contradição. Para escrever sobre o profano, o Marquês vale-se de matérias que reportam à ordem do sagrado: o vinho e o sangue. Quando isto não lhe mais é possível, quando também sua língua já está cortada,

7 “A pornografia e a Revolução Francesa”, em Lynn Hunt (org). A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade. São Paulo: Hedra, 1999, p. 329-330.

vale-se de suas próprias fezes. O baixo corporal, da leitura bakhtiniana, assume seu lugar de origem, que é o de entrelaçamento ao do alto corporal e é alçado à condição do dizer. As duas ordens mesclam-se, confundem-se, alternam-se, sobrepõem-se.

E o que dizer acerca das relações de poder na França absolutista que vivia seus dias de esgotamento? Oriundo de classe abastada, o Marquês representa também ele a figura de uma contradição. Alguns de seus romances de libertinagem apresentavam um duplo projeto: o de ministrar licenciosidades e o de educar para a fundação da República, de modo que “a proposta política é apresentada em um cenário erótico” (FERREIRA, 2011, p. 454). Este autor elabora interessante reflexão acerca dos sentidos políticos da obra do Marquês, afirmando que “em Sade, ao mesmo tempo em que se diz sobre a unidade, mantêm-se diferenças. Resta indagar-se se elas podem se restringir às estruturas estamentais ou dão-se pelo reino da força (...). (p.464).

O que fica em parte simbolizado nas narrativas de Sade parece, em contrapartida, estar escancarado nas trocas econômicas derivadas do casaco de Marx na loja de penhores. Contudo, o modo como se processam os jogos de forças latentes neste segundo caso não é assim tão evidente. E a maneira como essas duas relações se cruzam tece os sentidos numa intrincada teia, cujas leituras podem ser múltiplas. A resistência, no caso de Marx, diz respeito a ir na contramão do movimento de fetichização da mercadoria, ou seja, narrar os fatos de modo a fazer o percurso para retirá-la do “altar” em que foi colocada, numa tentativa de devolução de seus valores imateriais. No que concerne ao Marquês, há a presença fantasmática do direito de gozar do corpo do outro, sem limites, à revelia das imposições estatais e do cerceamento da ordem eclesiástica. Se é possível uma analogia, podemos falar, em uma primeira instância, na objetificação e posse do corpo de desejo. E, em um segundo e extensivo momento, a escrita, enquanto prática material, pode ser falada como um bem a ser acessado e, portanto, também como objeto de desejo que é interditado.

Marx encontra-se diante do enfrentamento direto com as práticas de exploração do capitalismo. Os processos de desapropriação que enfrenta quotidianamente representam do modo mais agudo possível a irrelevância do *ser* diante do *ter*. Trata-se do desejo pelo objeto material, pelo que ele simboliza em termos de poder econômico, a que nos referíamos anteriormente, e que Stallybrass bem definiu como “abstração fria, (que) se alimenta, tal como um vampiro, do trabalho humano” (op. cit., p. 39-40), retomando, aqui, citação já feita.

O autor relata que em 1812, Marx penhorou seu casaco de inverno para comprar papel para poder continuar a escrever. E disso decorreria um dos

paradoxos com o qual passou a se deparar: embora dotado de passe para entrada no Museu Britânico, desprovido de seu casaco, o acesso lhe era impossível, não apenas por conta do frio que castigava, mas também pelo que o casaco simbolizava na ordem social. O segundo paradoxo, correlato ao primeiro, era que o financiamento de sua pesquisa dependia de trabalho seu que lhe rendia dividendos, ou seja, sua atividade de jornalista, a qual lhe consumia o tempo que poderia ser investido na pesquisa. Ora, sem o fator tempo e sem o casaco, como dar conta da equação matemática? É esse lugar de impossibilidades que leva Stallybrass (op.cit., p. 73) a afirmar que

A perda, naturalmente, não era a dele próprio (de Marx): era a perda de toda a classe operária, alienada dos meios de produção. Aquela alienação significava que eles, os produtores da maior multiplicidade de coisas que o mundo tinha conhecido, estavam para sempre situados no exterior daquela plenitude material, seus rostos espiando através das vitrines das lojas os brinquedos que eles tinham feito.

Contudo, Marx resistiu e escreveu, em meio à crise mais aguda, nos limites da contradição vivida na própria carne, conforme já afirmamos anteriormente. E, escrevendo, produziu consequências ímpares para os estudos da filosofia e da linguagem. Pêcheux (1975), por exemplo, a partir de um olhar que entrelaçou linguagem e ideologia, releu Althusser, estudioso de Marx, e desta leitura colheu a noção de Formação Ideológica, a qual diz respeito a “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1988, p. 166).

Ora, o espírito do tempo do Marquês impunha o cerceamento a certas práticas e dizeres, conforme já discutido, assim como o espírito do tempo de Marx, marcado por uma aguda e desigual distribuição de riquezas, determinava que um homem sem seu casaco ao ombro, não era digno de adentrar o Museu Britânico. Tanto o Marquês quanto Marx inscreveram-se, cada um deles, na ordem de sua época, pela via da Formação discursiva, enquanto conjunto do enunciável regulado pela FI. Enquanto sujeito do discurso da sexualidade, Sade esteve, desde sempre, no lugar da resistência, do “mau sujeito”, nos termos de Pêcheux. Esse lugar, contudo, não é tecido em um momento inaugural de ruptura, mas se constrói pelo somatório das afrontas ao estado e à Igreja. Semelhante é o caso de Marx que,

inserto no Capitalismo emergente, inscreveu-se na posição da crítica contundente ao sistema. Também o *mau-sujeito*, com certeza. As idas e vindas de seu casaco à loja de penhores não significam uma mera repetição, nem o sucumbir à ordem vigente, ao contrário, é o próprio lugar da resistência para poder, daí mesmo, dizer sobre esse lugar e suas incongruências. E se tomarmos o casaco como metáfora, tampouco se trata apenas do *ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade*, porque a tessitura de que sua historicidade se reveste não comporta o mesmo no espaço da memória, trata-se sempre de outra interpretação da discursividade.

Veyne (1998) oferece-nos um filtro interessante para o olhar sobre a história, a partir da perspectiva da descontinuidade, o que nos possibilita pensar, na narrativa de Stallybrass, sobre o campo do episódico, pondo em evidência com maior contundência os jogos de forças latentes no corpo social, em seus movimentos dialéticos. A consequência disso é que o acontecimento passa a ser tomado na dialética do jogo de forças entre a super e a infra-estrutura.

Por conta disso, o autor afirma que “os historiadores, em cada época, têm a liberdade de recortar a história a seu modo (a história política, erudição, biografia, etnologia, história natural), pois a história não possui articulação natural”. (VEYNE, 1998, p. 13). E explicita que esse gesto resulta na aparente importância de alguns fatos sobre outros, contudo, a importância deriva, de fato, dos critérios eleitos por cada historiador ao proceder ao gesto de corte, não tendo, em si, um valor absoluto. E avança no raciocínio, colocando em contraste grandes acontecimentos da história, ao lado de fatos do cotidiano, do tipo “incêndio no Bazar de Caridade”, ponderando que os primeiros sempre aparentam ser de maior relevância, os do último tipo, apenas notícia de jornal. Veyne defende que a diferença de pesos atribuídos “não passa de ilusão, pois resulta de termos confundido o peso e a dimensão relativa de cada um desses acontecimentos” (p. 14). E argumenta seu ponto de vista a partir do fato de que os fatos do cotidiano não têm lugar menor na maioria da vida das pessoas do que os fatos da vida política, que se distribui entre a dimensão econômica, a da sociedade e a da civilização, de um modo geral.

Entretanto, adverte o autor que isto “não significa, de modo algum, que a história deva tornar-se história da vida cotidiana, que a história da diplomacia de Luís XIV deva ser substituída pela descrição das emoções do povo parisiense por ocasião das recepções solenes do rei (...); não, mas significa que um acon-

tecimento só é conhecido mediante indícios e que qualquer fato da vida de todos os dias é indício de algum evento (quer esteja catalogado, quer durma, ainda, na floresta do não-factual) (p.15).

6 Considerações Finais

O deslocamento do olhar sobre a história, proposto por Veyne, possibilita que pensemos no acontecimento - histórico, inicialmente - que se dá pela via do recorte, do fragmento, a partir da infra-estrutura. O Marx aqui apresentado não foi o teórico, com os pressupostos d(o) Capital, tampouco adentramos os embates que estabeleceram as rupturas essenciais que levaram à culminância da Revolução Francesa. Contudo, ao trabalharmos a narratividade do drama econômico da família Marx, sintetizado na tessitura da penhora de seus bens, desvestidos da memória familiar e histórica, acreditamos ter alcançado o movimento dialético que alça o espaço do político. Do mesmo modo, ao trazer a dimensão fílmica dos contos de Sade, moldura de fundo da Revolução Francesa, recuperando os modos como a memória funciona, desde a via do simbólico, a partir da leitura bakhtiniana, e irrompendo pela via do acontecimento, igualmente entendemos ter alçado a instância do político, pela ordem da resistência. Retomando, aqui, fala do narrador dos Contos, já reportada neste estudo, sobre “quão facilmente uma pessoa passa de predador a presa”, podemos deslocar a questão do desejo, neles pautada, para as relações de troca, em Marx, como igualmente cruéis, nas quais a tentativa de apagamento do caráter histórico dos objetos e mesmo dos sujeitos reduz estes à condição de prisioneiros de sua própria história. Contudo, o predador não se dá por conta de que pode ele também ser partícipe dessa condição. O supostamente alto corporal não se distinguiria, então, em nada do considerado baixo corporal, matérias fundidas que estão no enredamento a que se encontram submetidas por uma ordem maior. E perfazer o trajeto de volta, o da memória, a partir do miúdo da vida, reestabelecendo pequenos fragmentos de acontecimentos, constitui-se possibilidade profícua de reconstituição da história. E não pela via dos vencedores.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2008.

Organon, Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 101-116, jul/dez. 2015.

- COSTA, Marcela de Andrade. “*O despotismo na alcova: reconfiguração dos espaços público e privado na obra do Marquês de Sade*”. Dissertação de Mestrado em História Cultural UNB, 2008. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4604/1/2008_MarceladeACosta.pdf. Acesso em: 11/06/2015.
- COURTINE, Jean-Jacques. 2006 – “O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem”. *Polifonia*, n. 12, Cuiabá : Ed. da UFMT, 2006.
- _____. COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. [1981]. Tradução de Cristina de Campos Velho Birck et al. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- FERREIRA, Daniel Wanderson. “Sade, libertinagem e política”. In: *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 44. Jan/Jun., 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19373/10420>. Acesso em 10/06/2015.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. [1975]. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1988, p. 163-252.
- STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UNB, 1998.

Recebido em: 22/06/2015. Aceito em: 14/08/2015.